

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS
PELA DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONSIDERANDO:

1- O processo de privatização da EGF-Empresa Geral de Fomento, proprietária, com 51% do capital social, do Sistema Multimunicipal de recolha de resíduos, VALNOR, por parte do atual governo PSD/CDS, retirando aos Municípios capacidade de intervenção na prestação do serviço público aos seus municípios.

2- A agregação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento, de que farão parte as Águas do Norte Alentejano-ADNA, cujo objetivo é a verticalização (para além do abastecimento e saneamento em alta, fornecido, atualmente, ficarem, também com a baixa, que está a ser garantido pelos Municípios). a imposição de um tarifário único a nível Nacional e culminar com a privatização do sistema.

3- As propostas de encerramento de serviços públicos, onde se destacam, as Finanças, os Correios e a desclassificação de tribunais, de que é exemplo o Tribunal de Nisa, com alternativas de criação de balcões únicos a serem garantidos pelos funcionários das autarquias, sem as respectivas contrapartidas financeiras.

4- Que estas medidas só têm um objetivo: retirar as competências dos Municípios, ao nível do abastecimento, saneamento e recolha de resíduos; impedindo o exercício das funções sociais das autarquias na prestação de serviços públicos de primeira necessidade para as populações, aumentando as tarifas, de acordo com os interesses privados que visam o lucro, não respeitando a fragilidade dos tecidos económicos locais.

5- Que o encerramento dos serviços públicos, sobre o pretexto de diminuir custos, "melhorar" a sua eficiência, tem como objetivo, centralizar, passando "atribuições e competências" para os Municípios, reduzindo o papel político do poder local, transformando-o em organismos desconcentrados da Administração Central, agravando as assimetrias entre regiões e contribuindo para o isolamento das populações.

EXIGIMOS:

1- Que os Sistemas Multimunicipais sejam controlados pelos Municípios, contra a sua privatização, no respeito pela autonomia do poder local, sem alienação das suas competências e do seu património, garantindo o serviço público de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, estabelecendo os preços e tarifas de acordo com a realidade socioeconómica de cada concelho ou região.

2- A continuidade dos serviços públicos no Concelho de Nisa, Finanças e Correios, recusando a constituição de "balcões únicos", através de descentralização de competências no Município.

3- A continuidade do Tribunal de Nisa, recusando a sua transformação numa secção de proximidade, considerando que reúne as condições para funcionar em pleno, ao contrário de Portalegre, que tem instalações alugadas, podendo ser alternativa, através da sua centralidade regional, à descentralização de serviços, sem custos adicionais e contribuindo para a melhoria da prestação do serviço público.

1º Grupo "CDU"

José Luís Lopes Reis

~~João~~
João

Américo Viana

Flávio Raposo

Ana Carolina Fanteiga Carrilho

Patrícia Schell Proscamra

~~Secundino Rodrigues de Almeida~~

José Manuel P. Curcio

~~João~~